

Em busca de uma "nação Atlântica e não bugre":¹ racismo e construção da desigualdade na ocupação da Amazônia Sul-Occidental (1930-1940)

In search of an "Atlantic and 'non bugre' nation": Racism and the construction of inequality in the occupation of the South Western Amazon (1930-1940)

Sérgio Luiz de Souza²
sergiosouza@unir.br

Janailson Macêdo Luiz³
janailson@unifesspa.edu.br

Resumo

Nas décadas de 1930 e 1940, foram cunhadas representações sobre o Vale Madeira-Guaporé (atual Rondônia) centradas na integração da Amazônia ao restante do País. Neste artigo, buscou-se compreender os significados de cunho racial veiculados nesse processo, em especial aqueles presentes no jornal Alto Madeira e relacionados à denominada Marcha Para o Oeste. No recorte estudado, tais narrativas foram alicerçadas em hierarquizações alinhadas com os interesses do avanço capitalista e com a marcha de uma alegada modernidade em oposição ao dito primitivismo indígena e de outras populações regionais. Surgiram, assim, representações diversas, pautadas em hierarquias raciais. Tais narrativas visavam a naturalizar a apropriação dos territórios indígenas, a destruição das culturas desses povos e a exploração intensiva de sua força de trabalho, como também ocorria com os migrantes nordestinos. Conhecer esse processo se torna relevante em um momento em que são ressignificadas, no Brasil, concepções sobre o avanço da fronteira muito difundidas nessas décadas e amplificadas no contexto da Ditadura Militar. Essas visões, amplamente retomadas na contemporaneidade, carregam consigo significações étnico-raciais que merecem ser mais bem analisadas e inseridas nos debates atuais.

Palavras-chave: Vale do Madeira-Guaporé. Amazônia brasileira. História de Rondônia. Povos indígenas.

Abstract

In the 1930s and 1940s, representations were created about the Madeira-Guaporé Valley (now Rondônia) centered on integrating the Amazon to the rest of the country. In this article, we sought to understand the meanings of racial matters conveyed in this process, especially those published in the newspaper Alto Madeira, and related to the so-called March to the West. In the studied section, such narratives were based on hierarchies aligned with the interests of the capitalist advance and with the march of an alleged modernity in opposition to an alleged indigenous and other regional populations primitivism. Thus, diverse representations emerged, based on racial hierarchies. Such narratives aimed to naturalize the appropriation of indigenous territories, the destruction of their cultures and the intensive exploitation of their labor force, as was also the case for Northeastern migrants. Understanding this process becomes relevant at a time when conceptions about the advance of the frontier, which were widespread in those decades and later amplified in

¹Guisard historiciza a categoria Bugre, apresentando seu uso na Europa desde o período medieval e sua posterior apropriação no Brasil. Inicialmente: "O termo bugre originou-se num movimento herético, na Europa, durante a Idade Média, representando uma força contrária aos preceitos ditados pela ortodoxia da Igreja. Surgiu no século IX, na Bulgária, tendo sido batizado como bogomilismo, inspirado no nome do padre Bogomil, considerado fundador da seita herética" (...). "Aos poucos, no Mundo Ocidental, o sentido da palavra bugre vai se transportando de um mundo religioso para um mundo profano, levando consigo a ideia do bugre como o devasso, o sodomita, o pederasta, o infiel em que não se pode confiar, que representa a porção mais baixa da sociedade européia" (...). "Finalmente, este termo vem a ser associado aos índios encontrados na América e, simultaneamente, no Brasil. / No Brasil, os costumes dos índios, os hábitos alimentares, o fato de andarem nus, a cor da pele, os traços faciais, a "imoralidade" e a relação com o meio ambiente seriam vistos como sinais de proximidade ou mesmo plena imersão na natureza, configurando uma pré-humanidade que mal se distingue da animalidade - esta entendida como prova da privação das luzes da fé religiosa" (1999, p. 92-93).

²Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), vinculado ao Programa de Mestrado em História da Amazônia do Departamento de História da UNIR. Doutor em Sociologia (UNESP - Araraquara - SP). Pesquisador Associado ao Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN) da UNESP/Araraquara - SP. E-mail: sergiosouza@unir.br

³Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (PPGHS/FFLCH/USP). Bolsista de Doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: janailson@unifesspa.edu.br

the context of the Military Dictatorship, are now being re-signified in Brazil. These notions, which have been widely taken up in contemporary times, carry with them ethnic-racial meanings that deserve to be better analyzed and placed within present-day debates.

Keywords: *Madeira-Guaporé Valley. Brazilian Amazon. History of Rondônia. Indigenous people.*

Introdução

Nos últimos anos, vem ocorrendo um acirramento dos processos de devastação da Floresta Amazônica, em especial no cerne da Amazônia brasileira. Alinhado a isso está o ataque à manutenção das formas de vida e da própria existência de povos e comunidades tradicionais que habitam a região, e que correspondem à maior parte do território brasileiro. Grupos indígenas, ribeirinhos e quilombolas — entre outros povos situados na Amazônia — encontram-se sob intensa ameaça, por meio de atos de intimidação e assassinatos ou pela destruição ambiental.

O avanço do agronegócio e a exploração de recursos naturais por agentes diversos, como empresas madeireiras e mineradoras, têm formado um quadro de catástrofe para muitos amazônidas, expostos a iniquidades diversas e crescentes. Pesquisadores, organizações indígenas e camponesas e outros movimentos sociais têm denunciado que (não bastassem todos os danos socioambientais), durante a implementação de tais empreendimentos, tem-se lançado mão de grilagem e violência contra sujeitos instalados nos territórios tradicionais.

Como se sabe, muitos dos paradigmas orientadores das atuais políticas quanto à ocupação da Amazônia foram colocados em execução durante a Ditadura Militar (1964–1985), momento de forte avanço na militarização da questão agrária (Martins, 1985) no País, e do avanço da fronteira sobre áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, ribeirinhos e pequenos produtores.⁴

No caso da Amazônia Sul-Ocidental,⁵ a construção de uma visão mais aprofundada do quadro em curso mostra rele-

vância de comparações históricas que possibilitam a escavação de um passado um pouco mais distante, porém, muito redivivo na conjuntura atual.

Essa localidade foi amplamente afetada pelas políticas adotadas durante o primeiro período de governo de Getúlio Vargas (1930–1945), mais especificamente durante o Estado Novo (1937–1945), quando foi apregoada a chamada *Marcha para o Oeste*. Durante tal marcha, já se encontravam concepções que, assim como nos dias atuais, aliavam militarismo, avanço da fronteira nacional, desrespeito às formas de organização dos povos indígenas e expropriação dos camponeses no atual estado de Rondônia (Souza, 2002).

Defendia-se, sobretudo, que o Vale Madeira-Guaporé, considerado estratégico mediante sua proximidade com a fronteira boliviana, fosse mais amplamente integrado ao restante do País. Tais concepções passaram a ser reproduzidas na mídia e na imprensa, e materializadas em políticas públicas, como a busca por integração dos indígenas à "nação" com o apoio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Consideramos que alguns pontos do debate, travado na imprensa local naquele período, precisam ser revisitados. Para tanto, buscamos analisar representações (Chartier, 1990) cunhadas, em especial, no jornal *Alto Madeira*,⁶ e relacionadas à *Marcha para o Oeste*. O periódico sempre foi direcionado aos interesses dos comerciantes locais, servindo, inclusive, como meio de propaganda das atividades comerciais regionais, como tráfego de embarcações e mercadorias (Lima e Góis, 2008). O fundador do jornal *Alto Madeira*, em 1917, foi Joaquim Tanajura, médico sanitarista membro das

⁴ Segundo Martins (1985, p. 11), as políticas empreendidas pelos governos militares, no contexto da ditadura, provocaram o aumento da concentração fundiária e o acirramento dos conflitos no campo, o que acarretou a realização de novas medidas pelo regime: "O que os militares tentam fazer é administrar o enorme conflito social, que cobre hoje o país inteiro, decorrente da sua própria política econômica e fundiária, que vem estimulando a entrada do grande capital na agricultura e na pecuária." O governo, assim, no limiar do fim do regime autoritário, agia mais uma vez, não para proteger os interesses dos sem-terra, indígenas e outros sujeitos do campo, mas dos latifundiários.

⁵ "A Amazônia Sul-Ocidental é a região geográfica formada pelos Estados do Acre, Rondônia e sul do Amazonas, no Brasil, e no Peru com os Departamentos de Madre de Dios e Ucayali, e na Bolívia, com o Departamento de Pando" (LIMA, 2018, p. 7). Os espaços aqui focados compreendem, principalmente, o atual estado de Rondônia. Porém, o estado rondoniense, antes da delimitação das fronteiras atuais, foi Território do Guaporé, compreendido entre os limites do estado de Mato Grosso ao sul e o estado do Amazonas ao norte, a partir do ano de 1943. A região toda é marcada pelos vales dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, os quais são utilizados como referência, ao longo desta discussão, com a denominação Vale Madeira-Guaporé.

⁶ Os exemplares do jornal *Alto Madeira* foram levantados por nós, inicialmente, para a realização de pesquisas acerca das representações das populações negras e indígenas, na imprensa do noroeste amazônico, entre as décadas de 1910 e 1940. Esses exemplares encontram-se no acervo do governo do estado de Rondônia (Museu Palácio da Memória Rondoniense/Palácio Presidente Vargas), situado na Avenida Dom Pedro II, número 608, na cidade de Porto Velho/RO.

expedições chefiadas por Cândido Rondon, nesse ano Tanajura foi empossado intendente de Porto Velho. O Sanitarista foi proprietário do periódico até 1936, quando o vendeu ao empresário Assis Chateaubriand.

Dois fatos evidenciam as articulações que envolviam o jornal *Alto Madeira*. Tanajura era filiado ao Partido Republicano Conservador; outro fato diz respeito às relações do primeiro intendente de Porto Velho com setores dominantes regionais. Fundou, em 1919, na Associação Instrutiva, Recreativa e Beneficente de Porto Velho, a Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e Seus Afluentes, formada por grupos econômicos e políticos dominantes locais.

Procuramos compreender como as relações étnico-raciais foram representadas em publicações do jornal no recorte 1930 e 1940. Buscamos, ainda, relacionar o que é representado nesses textos com a literatura construída sobre a temática (além de outros documentos vinculados à figura do então general Cândido Rondon) do período varguista e do recorte em específico da formação do Território do Guaporé (1943).

Uma parcela substancial dos dados constituintes deste artigo é advinda de uma pesquisa anterior feita na Universidade Federal de Rondônia sob o título: "As representações sociais sobre negros e indígenas presentes nas narrativas da imprensa Rondoniense entre as décadas de 1910 e 1940".⁷ Nessa pesquisa produzimos compreensões de uma série de processos sociais marcados por uma gama de posicionamentos dos grupos hegemônicos em relação às populações negras e indígenas, que vão desde o paternalismo e infantilização até as considerações desses grupos como inimigos selvagens bestiais a serem aniquilados.⁸

Neste artigo, expomos nossas análises focados nas representações sobre os povos indígenas levantadas na pesquisa citada e dados e concepções teóricas desenvolvidos com base em bibliografia versada sobre temas diversos que atravessam nossa discussão.

Neste sentido, abordamos estudos concernentes a processos de construção de hegemonia territorial, ocupação capitalista, disputas entre povos amazônicos e grupos político-econômicos ligados ao Estado nacional, disputas e outras interações entre militares e povos indígenas. Também nos detivemos na bibliografia relativa aos contatos do SPI, setores eclesiásticos e outras instituições com povos indígenas e outros povos na Amazônia Sul-Ocidental durante os processos

de ocupação ao longo do século XX, observando mais detidamente sobre as referidas décadas de 1930 e 1940.

Desse modo, procuramos discutir fundamentos histórico-sociais que dialogam de forma estruturante com o presente quadro de devastação ambiental e ameaça aos povos tradicionais da Amazônia. Como já exposto, tais fontes demonstraram lógicas de processos voltados à ocupação dos territórios indígenas a partir de demandas alheias a esses povos.

Partimos de uma concepção de relações étnico-raciais segundo a qual tanto os atributos fenotípicos quanto as memórias, heranças culturais diversas e as concepções históricas utilizadas pelos diferentes grupos como substrato na construção de suas identidades compõem os referenciais articuladores e mediadores das relações entre os grupos sociais (Souza, 2010). Tomamos raça enquanto um constructo social estabelecido como um sistema de representações orientado em relação a conjuntos de referenciais negativos, elaborados e/ou reproduzidos com o objetivo de definir hierarquias e patamares de humanidade entre os grupos sociais componentes de uma dada realidade social. Hierarquias e patamares estes possibilitados pela definição dos fenótipos e características culturais de grupos hegemônicos estabelecidas enquanto padrão a partir do qual todas as demais são comparadas e submetidas (Souza, 2010).

Nesse sentido, em consonância com Muniz Sodré, compreendemos o racismo como dinâmica de relações concretizadas visando a desqualificar os chamados povos escuros. Desta forma, negros, indígenas e outros escuros são postos como populações dependentes da natureza, e não da vontade, sendo excluídos desses grupos étnico-raciais o valor de pessoa e diminuídos seus papéis enquanto agentes históricos.

Realizam-se assim os processos que Aníbal Quijano (2005) caracterizou a partir do conceito de colonialidade do poder, alicerçados nas formas de dominação que diferentes países colonizadores implementaram nas Américas durante os primeiros séculos da Modernidade; mas também ressignificados de diversos modos durante o século XIX e anos iniciais do século XX. São essas as bases das relações de poder assimétricas, reproduzidas no espaço amazônico ao longo do recorte aqui estudado (1930-1940) e, inclusive, na contemporaneidade. Processos de hegemonia fundados em territorialidades definidas por hierarquizações autoritárias e excludentes, legitimadas por meio de pressupostos racistas etnocêntricos de controle e subalternização.

⁷ Projeto desenvolvido no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Rondônia, nos anos de 2018 e 2019, tendo como bolsista o discente Diego Falcão da Silva.

⁸ A pesquisa decorreu por meio de análises exaustivas dos conteúdos do periódico *Alto Madeira* que se encontra no acervo do governo do estado de Rondônia (Museu Palácio da Memória Rondoniense/Palácio Presidente Vargas). O acervo avaliado apresentava-se com problemas de conservação e, por esse motivo, com falta de exemplares em diferentes meses e mesmo em alguns anos. Dos jornais encontrados, procedemos a uma leitura exaustiva e à catalogação de todo e qualquer registro referente a populações negras e indígenas. Desta maneira, após compreensões geradas pelos dados da pesquisa e por estudos em outras fontes, incluindo a literatura aqui citada, percebemos que as décadas de 1930 e 1940 eram relevantes quanto às disputas com povos indígenas, mas também eram centrais quanto à consolidação do SPI e dos militares como grupos dominantes locais.

Ocupação do Noroeste do Brasil

O processo de ocupação do Noroeste do Brasil iniciou-se há, pelo menos, 9.500 anos (Mongeló, 2020).⁹ Estudos arqueológicos têm, cada vez mais, demonstrado que os antigos povos amazônicos contribuíram não somente para a ocupação demográfica, mas também para a própria constituição social das paisagens, afetando e sendo afetados pelas interações com a fauna e a flora. Contribuíram, desse modo, ao criar, semear e cultivar gêneros selecionados com a própria construção do ambiente e a coevolução das espécies. E deixaram suas marcas — nos espaços das florestas que ajudaram a constituir — que resultaram de suas representações políticas, econômicas e espirituais (Magalhães, 2013).

Nesse sentido, desconstrói-se o mito da natureza intocada, muito veiculado no processo de ocupação não indígena na Amazônia. Magalhães defende que a floresta foi apropriada na longa duração pelos indígenas como um artefato social: "[...] o domínio técnico milenar do manejo seletivo de espécies permitiu que diferentes sociedades pudessem relacionar algumas delas com a sua própria formação histórica e cultural" (2013, p. 387). Desse modo, o conhecimento científico vem derrubando a concepção daqueles que, na esteira do que defendeu o escritor Euclides da Cunha em seu livro *À margem da história* (1909), afirmavam que "[...] o homem, ali [na Amazônia], é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido — quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem" (Cunha, 2020, p. 4).

Como nos lembra o antropólogo João Pacheco de Oliveira, ao problematizar as representações que rotulavam a Amazônia como um "deserto verde" ou "a última fronteira", tal tipo de imagem também era veiculado em relação a outros espaços do globo. Estava diretamente vinculada a uma lógica colonial que, no Brasil, passava por rearticulações:

É preciso perceber que esse discurso é algo historicamente datado e que de maneira alguma se prestou apenas a essa região [amazônica] e a seus habitantes. O século XIX, sobretudo a sua segunda metade, é àquele em que a expansão colonial se deu com maior intensidade, colocando os exploradores europeus frente a frente com as populações autóctones de diversas partes do mundo. Em 1800 as potências europeias controlavam 35% da superfície do globo, em 1914 detinham 85%. [...] O tro-

pos da natureza virgem, com vastos recursos ambientais, terra livre e despovoada de homens, é algo extremamente recorrente no imaginário dessa época (Oliveira, 2010, p. 22).

No Brasil, os grupos dominantes nos anos iniciais do século XX reinterpretavam esse tipo de visão, assim como uma série de outras visões de mundo, cunhadas na colonização do próprio País. Dessa vez, ao mesmo tempo em que se tratava de um processo de colonização interno, também eram acionadas imagens, como as já citadas, amplamente relacionadas ao contexto de avanço capitalista em partes diversas da África, Ásia e América. Um outro ponto também guardava continuidades com períodos mais afastados no tempo: a invasão sobre terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas.

A partir do período colonial, ocorreram migrações e invasões aos territórios indígenas na Amazônia, concorrendo para tal, especialmente, as coroas portuguesa e espanhola. No século XVII, a bandeira liderada pelo paulista Antônio Raposo Tavares teve destaque ao penetrar nos sertões, para além da área delimitada pelo Tratado de Tordesilhas, percorrendo todo o curso do rio Madeira. Tal bandeira colaborou com resultados que seriam apropriados pelos portugueses, posteriormente, no Tratado de Madri, de 1750 (Souza e Pessôa, 2010), contribuindo para a expansão do que viria a ser o território brasileiro.

Essas bandeiras, como ocorreu com aquela liderada por Francisco de Mello Palheta (1722–1723), costumavam ter, como resultado, não apenas o reconhecimento de novos territórios e a busca por riquezas (como ouro e prata), mas também o aprisionamento de indígenas (Souza e Pessôa, 2010). Embora esses sujeitos resistissem e construíssem agenciamentos vários em contato com parte dos colonizadores, muitas vezes, acabavam traídos nas alianças estabelecidas ou vinham a tombar mediante doenças trazidas pelos luso-brasileiros.

Outro marco da disputa colonial com os espanhóis foi a construção do Real Forte Príncipe da Beira, ao final do século XVIII, por meio do qual a Coroa Portuguesa buscava marcar os limites reivindicados diante dos seus concorrentes ibéricos (Cardoso de Mello, 2019).¹⁰ Assim como ocorreu com outros espaços amazônicos, durante o período colonial, o Vale do Madeira-Guaporé continuou sendo alvo da busca do ouro aluvial, da extração das drogas do sertão, da escravidão de indígenas e da atuação de missionários católicos, especialmente os jesuítas (Souza e Pessôa, 2010). Foi também nesse período que as populações de origem

9 Os indícios arqueológicos sobre a ocupação da Amazônia apontam para a presença humana há cerca de 12 mil anos. Quanto ao local aqui estudado, os vestígios mais longínquos indicam que tal presença se deu, pelo menos, há mais de 9 mil anos: "Em um desses sítios do alto rio Madeira, o sítio Teotônio, dados recentes reafirmam a antiguidade do registro arqueológico, e mostram que tal lugar compõe um palimpsesto de ocupações humanas, que vai desde 9.500 AP até o presente, involucrando diferentes formas de relações sociais, impressas em registros de culturas materiais específicas. O início dessas ocupações ocorreu ainda durante o Holoceno inicial (Fase Girau), e durante o Holoceno médio, essas populações começaram um processo de intensificação do manejo ambiental, o que resultou no aparecimento das primeiras terras pretas antropogênicas (Fase Massangana)" (MONGELÓ, 2020, p. 2).

10 "O Forte Príncipe da Beira se insere, precisamente, nesse segundo contexto, marcado pelo acirramento dos pleitos territoriais entre as duas coroas, a partir de 1750, com a assinatura de tratados de limites pouco duradouros, como o Tratado de Madri e, mais tarde, o de São Ildefonso (1777), que visavam a substituir o já obsoleto Tratado de Tordesilhas, estendendo a fronteira ocidental lusitana até o rio Guaporé" (Cardoso de Mello, 2019).

africana começaram a habitar o local, inicialmente a partir do vínculo com o processo de escravidão, onde também se destacou a formação de quilombos, desde meados do setecentos (Teixeira, Fonseca e Moratto, 2009; Farias Júnior, 2011).

Segundo o geógrafo Alex Mota dos Santos, dos atuais "[...] 52 municípios rondonienses, 26 possuem parte de suas áreas ocupadas por terras indígenas, que juntas ocupam 49.967,01 km², o que corresponde a 21,03% da área do Estado de Rondônia" (Santos, 2014, p. 38). Se, por um lado, existem diversos territórios que não foram oficialmente demarcados, por outro, esses dados apresentam indícios das formas de resistência de diversos grupos que, há séculos, vêm lutando pela manutenção de seus territórios e de sua cultura. Além disso, mostram vestígios da voraz expropriação pela qual passaram, sendo grande a quantidade de territórios originários invadidos e expropriados.

Etnias como os Oro Wari, Gavião, Karipuna, Karitiana, Kaxarari, Aikanã, Kwazá, Cinta Larga, Arikapu, Macurap, Tupari, Jabuti, Sakirabiar, Akunt'se, Canoê, Suruí, Jupau, Cassupá,¹¹ entre outras, trazem consigo memórias de enfrentamentos diversos aos sujeitos que, em distintos momentos, levaram as fronteiras nacionais dos atuais Brasil e Bolívia até seus territórios. Vem daí a escolha de alguns povos de manterem-se "isolados", nos dias atuais, dada a experiência negativa de contato com esse outro que não respeita suas concepções de mundo e seu direito de existir de forma autônoma, conforme os conhecimentos ancestrais.

Sem apagar as formas de resistência e os tensionamentos gerados pelos indígenas naquele período, não podemos perder de vista o que apontam Souza e Pessôa, quando destacam que: "A violência foi, nesse contexto, a tônica de todo o processo de ocupação de Rondônia. E os primeiros a serem expropriados e massacrados foram as diversas comunidades indígenas que viviam no território conquistado" (2010, p. 148–149).

Entre o final do século XIX e o início do XX, a região Amazônica recebeu novos contingentes em virtude da grande demanda internacional pelo látex amazônico (1870–1912) com o processo de desenvolvimento da indústria automobilística. No Brasil, esse foi um momento de fortes mudanças, advindas do fim da escravidão, do início da República, da acentuação dos impactos das secas no atual Nordeste e do avanço da forte concentração fundiária nas áreas com maior densidade demográfica a partir da lei de terras de 1850.

No local aqui em tela, essas modificações estiveram vinculadas, principalmente, a um movimento que começou ligado à produção de borracha em seringais, trazendo à Amazônia milhares de trabalhadores vindos do atual Nordeste.¹² Ainda que a exploração do látex não tenha atingido, na atual Rondônia, o mesmo quantitativo de locais como o Acre, "foi extremamente importante na organização agrária territorial do estado, sendo que ainda hoje podem ser sentidos seus reflexos" (Souza e Pessôa, 2010, p. 151).

Concomitante a esse processo, nos anos iniciais do século XX, crescentemente ganharam destaque as expedições militares para consolidação e integração de fronteiras, visando a manter a soberania do Estado brasileiro sobre o território e promover estratégias comerciais e geopolíticas (Souza, 2002). Essas medidas foram intensificadas, entre outros fatores, a partir dos conflitos com a Bolívia, que acarretaram a integração do território do Acre ao Brasil (1904) e a consequente construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) entre 1907 e 1912.¹³ Com o passar do tempo, tais políticas seriam aprofundadas mediante a uma maior inserção do País no capitalismo industrial internacional e a execução de interesses estratégicos vinculados aos impactos das duas grandes guerras mundiais.

Além disso, ainda em 1891, a República estabeleceu um relevante marco jurídico na Constituição Federal: tornou as terras indígenas devolutas e, com isso, legitimou o rateio dos territórios de diferentes povos do Vale Madeira-Guaporé entre mato-grossenses e amazonenses. Esse dispositivo deu escopo às ações ditas civilizatórias e modernizadoras, posteriormente lideradas por militares e outros agentes da República (Bigio, 1996).

Desde o início do século XX, a Comissão Construtora das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas atuou sobre as terras indígenas no local, agora transformadas em terras devolutas. Tendo o militar Cândido Mariano da Silva Rondon, o futuro Marechal Rondon¹⁴, no comando, a comissão abriu picadas, fez reconhecimentos que resultaram em núcleos de povoamento ao longo dos caminhos da linha telegráfica e criou bases militares brasileiras ao longo da fronteira (Souza, 2002). Naqueles anos iniciais do século, "um dos objetivos da Comissão Rondon foi o ordenamento dos espaços a partir de núcleos de atração indígena a cada 90 quilômetros. Construía a soberania do país, nos confins da República, e a manutenção da integridade do território 'nacional'" (Souza, 2002, p. 32).

¹¹ Para uma relação dos grupos, ver: Procuradoria da República em Rondônia (2020).

¹² A extração do látex já era conhecida pelos indígenas e já fazia parte do comércio amazônico no início do século XIX. No entanto, com o avanço da fabricação de automóveis e outros maquinários que demandavam borracha, e com os avanços no processo de galvanização desse produto, o látex amazônico veio a contribuir com a indústria automobilística centrada nos Estados Unidos e na Europa (Souza e Pessôa, 2010). Nos anos 1910, após décadas de crescimento, a exportação de borracha amazônica sofreu um forte impacto com o ingresso no mercado da borracha cultivada artificialmente na Malásia (a partir de espécimes retiradas pelos ingleses da Amazônia ao final do século XIX). Embora tenha ocorrido um breve retorno durante 1941 e 1945, período de grande demanda em virtude das necessidades dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, o comércio da borracha não iria se recuperar ou voltar aos níveis atingidos até 1912.

¹³ Uma primeira tentativa de construção dessa estrada ocorreu em 1878, no início do destaque da comercialização do látex amazônico, quando foi contratada a empresa P.T. Collins. Todavia, o projeto não foi adiante, tendo sido construídos apenas 7km. No início do novo século, sob a liderança do empresário Percival Farquhar, o projeto seria concretizado, deixando um rastro de, ao menos, 6.500 trabalhadores mortos (Souza e Pessôa, 2010).

¹⁴ Militar do exército, Cândido Mariano da Silva Rondon (1865–1958) recebeu do Congresso brasileiro o título de Marechal em 1955.

Por onde passava, a comissão rebatizava os espaços e sinalizava "descobrimientos" em nome da ciência e da República: "A criação da 'identidade nacional' era uma das missões da Comissão, personificada em seu líder. A identidade foi forjada por meio do reconhecimento do território, da sua exploração in loco e de sua inclusão no mapa 'nacional'" (Souza, 2002, p. 31). A comissão reinterpretava, assim, gestos coloniais, agora em um processo de colonização interna, em que os indígenas continuavam sendo vistos como *outros*. O trabalho de Rondon — hoje conhecido pelo lema "Morrer se preciso for, matar nunca!" — trouxe rupturas em relação aos modos como, tradicionalmente, os indígenas eram tratados pelos exploradores. Contudo, propiciou a entrada de inúmeros sujeitos nas terras indígenas, colaborando com a expropriação desses territórios. O militar encarnava e influenciou uma concepção desenvolvida no País no pós-independência, institucionalizada no contexto republicano por meio do SPI (1910–1918) e da Localização dos Trabalhadores Nacionais. Entretanto, apesar das visíveis rupturas com defensores do simples extermínio dos indígenas, com Rondon manteve-se a naturalização de um olhar de inferiorização desses povos:

Para o indigenismo rondoniano, o índio era um ser primitivo, que ainda desconhecia o homem branco, sendo sempre pensado como ameaçado de extinção por sua difícil adaptação ao mundo contemporâneo. A atenção do indigenismo se dirigiu exclusivamente ao índio bravo (na acepção colonial de aquele que não era batizado nem participava regularmente de circuitos de troca ou de trabalho com os regionais), sobre o qual se propunha a executar uma tutela protetcionista, que o viesse a incorporar como um brasileiro. As intenções de José Bonifácio e as concepções dos indianistas podiam ser facilmente percebidas, refraseadas no jargão positivista de um missionário laico (Oliveira, 2010, p. 33).

Lima (1995) entende que o SPI e os demais agentes envolvidos atualizaram o conceito de "catequese" para o conceito de "proteção tutelada" e, desta feita, mantendo e aprimorando processos de dominação. Esse aprimoramento ocorre na medida em que promove maior eficiência aos discursos de neutralidade e eficiência aos supostos representantes da modernidade e da civilização. Paralelamente, naturaliza e legitima as invasões das terras e outras formas de violência contra os povos indígenas e demais populações amazônicas.

Os agentes estatais partícipes desse processo de ocupação foram orientados por valores e representações alinhados à grande narrativa de expansão e defesa da nação diante da chamada "última fronteira". Se essa narrativa, inicialmente, orientou as ditas expedições militares, em seguida passou a ser apropriada para dotar de sentido a migração de outros sujeitos sociais. Essa migração, portanto, foi retomada de maneira forte e incisiva, a partir das décadas de 1930 e 1940, no bojo do projeto do governo federal getulista.

Esses projetos políticos de expansão foram orientados por narrativas de um imaginário repleto de representações negativas sobre os indígenas, os descendentes de africanos e as populações de pele escura, como definido por Muniz Sodré (1999). Nesse

diapasão, foram recriados juízos de valor estabelecidos com base no racismo e no evolucionismo cultural. São juízos muito em voga no período de forte avanço do colonialismo e reorganização do capitalismo, e ainda presentes na contemporaneidade. Assim, serviram para julgar, negativamente, os fenótipos dos contingentes humanos definidos como escuros, suas práticas e formas de vida, não coincidentes com o padrão universalista eurocentrado (Sodré, 1999).

Em consonância com essas concepções de Muniz Sodré (1999), as análises de Aníbal Quijano (2005) ampliam e acentuam nosso horizonte compreensivo, em especial quanto à profundidade das articulações entre racismo, evolucionismo cultural e referenciais políticos de estruturação da dominação. Tais referenciais foram fundados em estreita relação com as concepções eurocêntricas de modernidade (Quijano, 2005). Na Amazônia Sul-Occidental, ao longo do século XX — particularmente na conjuntura das décadas de 1930 e 1940 —, raça e modernidade consolidaram-se enquanto pilares das lógicas de sujeição. Ademais, estiveram pautadas na desqualificação social e na hegemonia dos sujeitos sociais considerados civilizados em prejuízo dos povos indígenas e de outros contingentes populacionais amazônicos. Todos esses capturados pelas narrativas etnocêntricas dominantes como povos inferiores a serem tutelados ou exterminados.

O período varguista e a Marcha para o Oeste

Com o fim do período de dominação das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, definido pelo golpe de estado dado por Getúlio Vargas, em 1930, buscou-se a reestruturação do Estado brasileiro a partir de moldes antiliberais e intervencionismo estatal. Tais modificações estavam ligadas, a nível internacional, aos impactos do pós-primeira guerra e das soluções buscadas para a crise econômica de 1929. O sistema oligárquico e o federalismo, vigentes na primeira república brasileira, passaram a ser combatidos. Nesse sentido:

Tratava-se, pela primeira vez no Brasil, de edificar uma arquitetura de Estado nacional moderno, que ampliava suas funções de intervencionismo econômico e social, ao mesmo tempo que montava uma burocracia tecnicamente qualificada e impessoal [...] (Gomes, 2005, p. 107).

Sabemos, hoje, que as conhecidas transposições de fronteiras entre o público e o privado, e o retorno a certo culto à personalidade (inclusive em figuras como Vargas e Rondon) seriam fantasmas que continuariam rondando a República, mesmo com a defesa de um "Estado Novo". Todavia, não podemos perder de vista que, nesses ditos novos caminhos buscados para o País, surgiam representações centradas na figura do trabalhador. Era uma forma estratégica de tentar mediar as tensões junto aos operários na cidade e aos grupos insatisfeitos no campo, excluídos pelas políticas de concentração de renda e de terras. Nesse contexto, atrair os

"índios" para a nação não surgia como uma visão desinteressada, mas como um ponto estratégico dentro do contexto trabalhista. O problema é que tais medidas se efetivavam sob um cenário de naturalização de uma pretensa inferioridade indígena.

Ao longo da década de 1930, e, intensamente, a partir do advento do Estado Novo (1937–1945), intensifica-se a política de ocupação do Vale Madeira-Guaporé. A partir dos anos 1930, é central a organização de medidas, como: instalação de núcleos agrícolas; fortalecimento e expansão dos postos indígenas do SPI e dos postos militares; nacionalização da EFMM; implementação de atividades agrícolas no entorno de projetos voltados para o extrativismo vegetal e a mineração. Nesse âmbito, também se destaca a construção de espaços administrativos burocráticos e serviços públicos, como escolas e hospitais, e a infraestrutura de comunicações e transporte (Souza, 2002).

Nesse período, encontramos publicações no *Alto Madeira* que caracterizaram os indígenas como selvagens, denunciando mortes contínuas de não indígenas. Um exemplo desse tipo de abordagem consta no artigo "Mais uma proesa dos Inocentes", de fevereiro de 1931. Nesse artigo, como era comum à época, eram eclipsados os ataques e massacres prévios promovidos pelos ditos civilizados, criando-se a imagem de barbarismo dos indígenas:

Raro é o mez em que um caso de trucidamento não é assinalado, fazendo tombar um chefe de família, uma criança e a impunidade campeia livremente, tornando mais audaciosos estes representantes de nossas selvas, verdadeiras feras humanas, que, em verdade, devia-lhes dar caça como aos lobos na América do Norte. Eliminar os refratários à civilização é chamar ao convívio social os dóceis, os domesticáveis, porque os há felizmente, é o papel que compete aos poderes públicos (Alto Madeira, 1931).

Notemos que ainda se fazia presente um chamado explícito para a eliminação dos "refratários à civilização", separando o joio do trigo na visão do articulista. A representação das "verdadeiras feras humanas" alternava, desse modo, com a do "bom selvagem", carregado de rancor, mas passível de ser recuperado pela civilização:

O índio, em geral, é uma criança grande, com pueris e infantis rasgos de menino trêfego por isso mesmo requer certos cuidados e certa solicitude, se querem tê-lo [ilegível] traição. Desta vez, o ponto visto pelo rancor de nossos patrícios foi o seringal arruinado ao Sr. Manoel Anttônio Domingues, antigo aviado da Guaporé Rubber Company, que passou pelo dissabor de ver o seu pessoal extractor disperso, receioso de represálias e ataques mais sangrentos, registraram-se duas victimas e um prejuízo montante a mais de doze contos de reis (Alto Madeira, 1931).

O artigo clama por melhor aparelhamento dos postos indígenas, de modo a tornar as vidas desses sujeitos "mais suaves": *A catechese está completamente descurada e os postos indígenas, para terem eficiência, preencher os fins a que se destinam, deveriam ser aparelhados de pessoal disposto e habilitado, possuir meios de attrahir os indígenas, dando-lhes o relativo*

conforto não desfructado nas malocas, conjunto de cabanas imundas, educando-os, embora rudimentarmente, tornando-lhe a vida mais suave. Mas assim não acontece, os postos são um prolongamento, embora infinitamente peor que os agrupamentos formados no centro das mattas, sem hygiene, sem o rudimentar preceito de progresso (Alto Madeira, 1931).

A partir da década de 1930, uma parcela desses clamores seria transformada em um elogio ao avanço civilizacional diante dos povos indígenas e suas terras, no escopo da *Marcha para o Oeste*, oficialmente denominada em 1938. Também estava presente a reafirmação da pretensa superioridade técnico-científica do projeto civilizacional que se buscava impor.

Segundo o próprio Vargas, tal marcha encerrava "O verdadeiro sentido de brasilidade" (In Calongo, 2015, p. 128). O governo aspirava a integrar as atuais regiões Centro-Oeste e Norte ao que alguns intelectuais passaram a designar como a "nação Atlântica". Ou seja, o Brasil era assim dividido entre os espaços mais próximos ao litoral, onde foram construídas grandes cidades e vias de transporte desde o período colonial, e os locais mais ao interior, para onde se deveria dirigir os novos impulsos colonizadores. A *Marcha para o Oeste* passava assim a ser intelectualmente vinculada ao bandeirantismo de outrora. Também foram consideradas estratégias geopolíticas várias, como a estratégica integração das costas Leste e Oeste nos Estados Unidos, potência em crescimento na época.

Em 1940, Cassiano Ricardo, intelectual muito influente junto ao Estado Novo, publicou a obra *Marcha para o Oeste*, na qual exalta a importância das bandeiras na formação do Brasil. Para Lúcia Lippi Oliveira, na obra de Ricardo, e no contexto estadonovista:

A busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação. A conquista do território, a expansão para o interior, é o destino que as elites litorâneas devem assumir. É preciso integrar homem e território, realizar um tipo de "imperialismo interno", cujo exemplo maior foi Rondon (2008, p. 16).

Essa visão inspirava-se nas concepções do geógrafo alemão Friedrich Ratzel:

Um dos "pais fundadores" da Geografia, Ratzel tem como premissa fundamental a ocupação efetiva de todo o território nacional. Segundo ele, é necessário consolidar o território, e isso se faz pela integração e pela ocupação. O solo não é apenas propriedade da nação, é sua essência (Oliveira, 2008 p. 18).

Por essa senda multifacetada e complexa, os militares se sobressaíram. Dentre eles, o já citado Cândido Rondon foi erigido a símbolo maior, a verdadeiro ícone local. Em agosto de 1938, o jornal *Alto Madeira* publicou um emblemático artigo intitulado "Um pioneiro da marcha para o Oeste". Tratava-se da reprodução de um artigo publicado, em julho, no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro (Souza, 2002). Isso demonstra a leitura cuidadosa e o interesse em vincular, a nível local, Rondon e a referida marcha. Conforme o artigo:

Este território hoje integrado nas cartas com o chrisma justo de Rondônia foi totalmente reconhecido pelas expedições chefiadas pelo ilustre militar brasileiro. Os estudantes das nossas escolas primárias e secundárias percorrem hoje, em suas pesquisas, as quadras em que estão representados os cursos dos rios, as direcções das serras e os novos povoados descobertos pelo General Rondon. Há nessa obra gigantesca a substanciação do princípio de civilização há pouco formulado pelo Presidente Getúlio Vargas; A Marcha para o Oeste (In Souza, 2002, p. 94, grifos nossos).

Descobrimento, civilização, integração. Em algumas poucas linhas, são ativadas imagens que cobrem vários séculos de penetração sobre os territórios indígenas. Imagens que apontavam para o início da monumentalização de Rondon, inclusive diante dos estudantes que poderiam inspirar-se em sua "ação patriótica". Embora vivo e atuante, já se estabeleciam lugares de memória (Nora, 1993) em sua homenagem. Além da associação de Vargas e Rondon, duas figuras que encarnavam o espírito de integração então aclamado.

No mesmo ano de 1938, o jornal publicou um relato ufanista no artigo "Construindo um Brasil". O País estaria não apenas em construção, mas também os novos tempos estavam sendo comemorados diante das novas gerações, por meio da exibição de um *film*. Tal ação pedagógica marcava a ruptura entre o tempo das gigantes sumaúmeiras, ou ainda dos inóspitos anos iniciais da EFMM:

E o 'film' corria na tela, mostrando ruas e praças, substituindo as samaúmeiras e as castanheiras gigantes que, em um cerrado compacto, fechavam o horizonte e obscureciam o céu, constituindo uma espessa abóbada de 50 a 60 metros de altura. Casas de alvenaria substituíram os toscos ranchos de sapé ou os 'tapirys'. Noutro tempo, quatro ou cinco enfermeiras americanas e seis ou oito pretas de Barbados, eram as únicas representantes do bello sexo que circulavam entre os 6.000 homens. E hontem, centenas de meninas, uniformizadas e bem dispostas, marchavam no 'film', mostrando que já não tem razão de ser a phrase de Ruy Barbosa, classificando a terra 'de sítio, onde não se nasce, não se vive, apenas se morre!' E no 'film', funcionam engenhos e turbinas de assucar. E soldados brasileiros evoluem, sadios, abrem estradas, fundam núcleos agrícolas, fazem exercícios gymnásticos e aprendem a amar e defender a Pátria, fixando no solo fronteiriço populações brasileiras, protegendo-as contra as endemias e dando-lhes

motivo de orgulho da raça a que pertencem e do Governo que os conduz. Vi surgir no 'film', a cidade que sonhei com ruas arborizadas, praças, casas de alvenaria, quartéis confortáveis, soldados evoluindo, campos de aviação, crianças aprendendo a amar a Pátria, um Brasil Novo (In Souza, 2002, p. 86–87).

Essa narrativa ufanista tem caráter central na dinâmica social do contexto em pauta em nossas discussões, por explicitar um diálogo estreito com a narrativa etnocêntrica do Estado nacional em seu projeto de ocupação da região. Em 1946, outro artigo demonstrou que não eram esporádicas as odes ao projeto integracionista:

Os desbravadores do Coronel [Flaviano de Mattos Vanique]¹⁵ tem consciência do seu papel de criaturas que não medem sacrifício para viver nas brechas que se puzeram a integrar a civilização (sic.). Empurra-se o chavante (sic.) para o Oeste na fatalidade de um manifesto destino. Só nós, uma nação atlântica e não bugre. Queremos ocupar a terra que os antepassados portugueses descobriram para o homem branco, e que sua ardente lascívia transformou em tipos morenos, bronzeados de sol, cruzados com outros sangues mais úteis a aclimação tropical (Alto Madeira, 1946a, grifo nosso).

Como não era estranho ao contexto brasileiro, e muito menos ao amazônico, nas décadas anteriores, os indígenas Xavante¹⁶ foram apropriados como símbolo do atraso. Tomando emprestada a compreensão de Figueiredo (2010), quando tratou das representações feitas em relação aos povos Ka'apor,¹⁷ em 1920, em Belém, entendemos que os Xavante foram representados como uma metáfora dos embates entre indígenas e ditos civilizados no contexto de avanço da sociedade nacional durante a *Marcha para o Oeste*. Em outros termos, aponta Natália Araújo de Oliveira: "Esta etnia foi alçada a modelo de indígena pelo governo varguista, pois teriam características consideradas essenciais para a criação do modelo de homem brasileiro que o governo almejava, eram fortes, guerreiros e não corrompidos" (Oliveira, 2017, p. 150). Desse modo, além de metáfora, estabeleciam uma espécie de relação metonímica, utilizada para representar o todo, aquele outro que se buscava integrar à "nação" ou, simplesmente, lamentar a seu destino, visto como algo voltado para a destruição.

¹⁵ Militar do Exército, comandante da Expedição Roncador-Xingu e integrante da Marcha para o Oeste entre 1941 e 1945. Vanique foi substituído, em 1945, pelos hoje célebres irmãos Villas-Bôas.

¹⁶ "Os Xavante – autodenominados A'uwe ('gente') – formam com os Xerente (autodenominados Akwe) do Estado do Tocantins, um conjunto etnolinguístico conhecido na literatura antropológica como Acuen, pertencente à família lingüística Jê, do tronco Macro-Jê. No período colonial e imperial, grupos Acuen também foram identificados pelos etnônimos 'xacriabá' e 'acroá'. Essas designações foram produzidas por não-índios visando identificar e distinguir os diversos sub-grupos Acuen que controlavam um amplo território no centro-oeste brasileiro" (Graham, 2008).

¹⁷ "Os Ka'apor surgiram como povo distinto há cerca de 300 anos, provavelmente na região entre os rios Tocantins e Xingu. Talvez por causa de conflitos com colonizadores luso-brasileiros e com outros povos nativos, iniciaram uma longa e lenta migração que os levou, nos idos de 1870, do Pará, através do rio Gurupi, ao Maranhão. Colonizadores brasileiros que atacaram e aniquilaram aldeias Ka'apor, por volta de 1900, ficaram surpresos ao descobrirem esplêndidos cocares de penas coloridas dentro de pequenos baús de cedro, que os sobreviventes, em fuga, teriam deixado para trás. Quando as autoridades brasileiras tentaram "pacificá-los" pela primeira vez, em 1911, os Ka'apor, como os Nambiquara no Mato Grosso, eram considerados um dos povos nativos mais hostis no país. Tal pacificação, tanto dos Ka'apor quanto dos karai (não índios), ocorreu em 1928 e durou por quase 70 anos" (Balée, 1998).

Evidentemente, tais grupos, nomeados ou não pelo jornal, buscaram continuar sendo sujeitos de sua própria história, adotando caminhos diversos, que iam desde a busca de aproximação com os agentes do SPI e o diálogo com os nacionais, até a abertura de constantes frentes de conflito. Ao lutar por suas terras e pela manutenção de seu estilo de vida, eram representados como incivilizados, como aqueles que estavam sendo empurrados para o Oeste "na fatalidade de um manifesto destino". Evidentemente, a notícia não tratava apenas dos Xavante, mas do conjunto de povos indígenas que iam sendo "empurrados" à medida que avançavam o dito progresso e as fronteiras nacionais.

Atestava-se, assim, a compreensão de que a própria existência desses grupos era vista como fadada ao término, seja pela morte ou pelo contato com o homem dito branco. O homem branco era representado como único merecedor das terras que os portugueses teriam conquistado para eles. Era também laureada a integração indígena à "civilização". Nela, seus costumes seriam diluídos, restando às novas gerações apenas parte de seu sangue, descrito como mais útil à aclimação tropical. Um olhar fundamentado no evolucionismo cultural.

Racismo, tutela e hierarquia social: bases do projeto de expansão da "nação Atlântica"

Como vimos, ao final dos anos 1930, fora amplificada a narrativa de expansão nacional, potencializada pela corrida da borracha. Nesse contexto, no Vale do Madeira-Mamoré, a partir de 1939, agudizam-se conflitos e tomada de terras indígenas, com paralela intensificação da exploração e das violências, nos seringais, contra indígenas e seringueiros.

Os seringueiros foram explorados e violentados de várias formas pelos grandes comerciantes e pelos militares. Foram submetidos ao que hoje se entende como um trabalho análogo à escravidão, agredidos fisicamente, mortos por capatazes, abandonados em condições de moradia insalubres. Com o avanço da ocupação do Estado brasileiro, foram acionados ora como símbolos dos grupos vitimados pelos "ferozes indígenas", ora como membros das expedições militares de combate e matança aos próprios indígenas.

Não por acaso, o termo utilizado para se referir aos seringueiros nordestinos, trabalhadores dos núcleos agrícolas, e aos

jagunços utilizados nos ataques aos povos indígenas é o mesmo. Dessa maneira, "manso" era o termo regional usado como referência aos nordestinos "amansados", adaptados às endemias e aos perigos da região, bem como às relações de trabalho possíveis. Termo utilizado, ainda, para designar indígenas incorporados ao extrativismo sob relações de dependência e submissão (Souza, 2002, p. 122).

É válido lembrar que, como destacaram Teixeira, Fonseca e Moratto (2009), a chegada de mulheres e homens negros ao Vale do Guaporé amplificou-se no processo de migração nordestina, destacado nos contextos de grande extração do látex. Nesse sentido, a lógica sobre aqueles que precisavam ser amansados não deixava de atingir esses sujeitos por um viés que se alimentava de hierarquizações raciais, fosse em relação aos chamados "cabeças chatas" (em uma imagem mais ampla tida dos nordestinos), fosse de forma específica aos negros que integravam boa parte desse contingente migrante. A lógica claro/escuro, como aponta Sodré, fazia-se presente mesmo nessas relações com os migrantes. Isso também ocorria com os negros barbadianos presentes desde o período de construção da EFMM.

Os mansos eram descritos em detrimento dos "brabos" (bravos), como eram caracterizados os indígenas não integrados ao dito projeto de civilização. Naquele contexto, como nos lembra João Pacheco de Oliveira:

As populações indígenas da Amazônia igualmente passaram a ser pensadas tão somente segundo as imagens produzidas para os índios bravos, isto é, como primitivos habitantes das fronteiras internas da nação, exteriores aos circuitos econômicos e sociais. Ou seja, ou coletividades virtualmente perigosas, remetidas aos estágios mais rudimentares da civilização; ou pessoas com parca capacidade de adaptação ao mundo contemporâneo, demandando um olhar complacente, totalmente dependente de uma mediação tutelar e protetora (Oliveira, 2010, p. 33).

Os seringalistas também se utilizavam do medo e da raiva gerados pelos estigmas a respeito dos povos indígenas para incitar o medo e estimular a aversão e o ódio dos seringueiros a esses povos. Dessa maneira, conseguiam amplificar as animosidades e organizar ataques de fato ferozes contra os indígenas. Nesse momento, produziram-se diversos massacres, apossamentos de terras e escravização de indígenas, como o ocorrido no rio Pakaa Nova, habitado pelos povos Oro Wari¹⁸ e Arara¹⁹ (Souza, 2002). A publicação *Panewa Especial*, vinculada à Regional Ron-

¹⁸ "Os Wari" são muitas vezes designados como Pakaa Nova, por terem sido avistados pela primeira vez no rio homônimo, afluente da margem direita do Mamoré, no estado de Rondônia. Mas é como Wari', palavra que em sua língua significa 'gente', 'nós', que gostam de ser chamados, e é dessa forma que são conhecidos pelos não-indígenas que mantêm com eles um convívio mais estreito. Vivem hoje aldeados em torno de sete Postos da Funai administrados pela Ajudância de Guajará-Mirim, Rondônia, e na Terra Indígena Sagarana, na confluência dos rios Mamoré e Guaporé, administrada pela Diocese de Guajará-Mirim" (Villaça, 1998).

¹⁹ "Os Arara foram contactados no final dos anos 1940, quando centenas deles morreram de doenças contagiosas e os sobreviventes foram morar nos seringais da região. Isso fez com que os Arara se engajassem totalmente no modo de vida não indígena, mas seus pajés ainda são (re)conhecidos por todos os índios das regiões vizinhas como muito poderosos. [...] Os índios Arara são também conhecidos como Arara Tupi, Arara de Rondônia, ou simplesmente Karo (que significa, em sua própria língua, "arara"), termos esses utilizados para diferenciá-los dos demais grupos Arara do Brasil: Arara do Acre (Shawanawá), Arara do Aripuanã (Arara do Beiradão), Arara do Pará (Ukarāgmã)" (Gabas Júnior, 2004).

dônia do Conselho Indígena Missionário, faz alusão aos níveis extremos de tensão que esses povos passaram a vivenciar:

Com o início do segundo 'boom' da borracha, nos anos 40, a região de Guajará Mirim (rios Pacaá Nova e Ouro Preto) foi intensamente ocupada pelas frentes de exploração. E os ataques realizados pelos seringalistas se tornaram verdadeiros massacres com a organização de expedições, muitas vezes com metralhadoras compradas em contrabando na Bolívia. Aldeias inteiras foram assim dizimadas. Da aldeia Tain Wacaram, dezenas de homens armados chegaram de noite, e pela madrugada atiraram fogo nas casas e em seguida meteram bala em quem se movia, a maioria sendo mulheres e crianças (Souza, 2002, p. 32–33).

A ocorrência desses massacres e violências conexas é carregada de significados que permeiam os processos analisados. O uso da metralhadora e o próprio artefato, em si, surgem como expressões concretas da assimetria das relações sociais que se estabeleceram no seio desse projeto de expansão. Se o látex amazônico, mais uma vez, circulava o mundo, durante a segunda grande guerra, as dinâmicas do capitalismo industrial trouxeram à Amazônia um dos artefatos mais utilizados naquele momento, agora apropriado em um contexto de limpeza dos territórios ocupados pelos indígenas. Os facões e as carabinas apropriadas nesse período também faziam parte do processo de circulação de novas mercadorias pelo território do Guaporé. Eram signos das violências que marcavam o avanço da fronteira nacional.

“Protejamos nossos índios”: A proteção tutelada do SPI

Em paralelo aos conflitos, havia as já referidas tentativas de integração indígena sob a tutela do SPI. Em 15 de novembro de 1942, data comemorativa da Proclamação da República, foi publicado, no *Alto Madeira*, o artigo “Protejamos nossos índios”, dedicado “Ao eminente General Rondon – Grande protetor dos índios”. O artigo inicia da seguinte forma:

Quem já uma vez penetrou nas invias florestas da misteriosa Amazônia e sentiu o contacto fraternal dos aborígenes, atraídos pela patriótica proteção dos seus irmãos pacificadores, não pode deixar de sentir, como um soluço d'alma, profunda comisseração por estas criaturas segregadas do mundo. Há, por ironia, quem diga que lhes causa inveja a situação selvática e a liberdade nômade desses infelizes. Acampados na fraudada serra ou no cérne das florestas, vivendo da caça e da pesca, da rudimentar lavoura, do seu milho agrêste e dos frutos silvestres, o índio organiza malocas com os recursos que a Natureza

lhe proporcione, esquecidos do mundo, da proteção da lei e da lei que rege os básicos princípios da vida! (Alto Madeira, 1942).

Dessa vez, não foi evocado o “índio como metáfora” dos perigos da fronteira sobre a selva, evocou-se outra imagem consagrada no imaginário ocidental: a do bom selvagem, que ressalta a ação dos “irmãos pacificadores” do SPI. É descrito um sentimento de comisseração quanto ao destino desses bons selvagens, cujo contato gera um “soluço d'alma”, observados com inveja por uma alegada liberdade original. Apesar da imagem de empatia, cristaliza-se a ideia de infantilidade dos indígenas, mais bem descrita na continuidade do texto:

Muitas vezes tornam-no indomesticável o nativo desconhecimento da civilização (sic.); tornam-no intolerável o fetichismo de suas crenças congênitas; arregimentam-no em orlas de ferocidade as tradições da malvadeza, da crueldade e do absolutismo das primitivas levas de bandeirantes que, a ferro e fogo, como vândalos lhes conquistaram as terras ubérrimas e portentosas. Por um instinto natural reconhecem eles sua inferioridade. Falhos de raciocínio apropriado, carentes de toda proteção que lhes iguale os direitos, sem outra força que não seja a destreza, o arco e a flecha, o índio é homem cheio de desconfiança, de receios, de dúvidas e sobressaltos. Em torno de si está o abismo das conjecturas que o dementam contra o mais terrível adversário, o branco civilizado (Alto Madeira, 1942, grifo nosso).

O artigo, por um lado, remete a experiências históricas, demonstrando que a “desconfiança” dos indígenas é fruto dos atos violentos cometidos pelos homens brancos no passado, a exemplo dos bandeirantes. Por outro, acaba afirmando, categoricamente, a pretensa “inferioridade” dos indígenas, que seria “natural”, sendo eles “falhos de raciocínio apropriado”. Uma evidência: as concepções evolucionistas sempre falam mais alto do que a ensaiada tentativa de empatia. Além disso, mais uma vez, reforçava-se uma concepção infantilizada dos indígenas, assim como em diversos momentos da história republicana.

Como já mencionado, as ações do SPI tinham base em uma espécie de nova catequese, dessa vez, fundada na centralidade da ciência e materializada sob a proteção tutelada. Com o tempo, essas transformações, feitas a partir do SPI, foram difundidas por meio dos veículos de comunicação, como o citado artigo do *Alto Madeira*. Contudo, olhares críticos também surgiam em publicações do jornal, mesmo apelando ao estereótipo do bom selvagem.

No artigo “Pobres Selvagens”, de setembro de 1946, por exemplo, encontra-se um lamento pela aceitação, por parte dos Xavante,²⁰ de contato com o dito homem branco:

²⁰ “Os Xavante tornaram-se famosos no Brasil em fins da década de 1940, com a massiva campanha que o Estado Novo empreendeu para divulgar sua ‘Marcha para o Oeste’. A campanha promoveu a equipe do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) por seu trabalho de ‘pacificação dos Xavante’. No entanto, o grupo local que foi “pacificado” pelo SPI, em 1946, constituía apenas um dentre os diversos grupos xavante que habitavam o leste do Mato Grosso, região que o Estado brasileiro então procurava franquear à colonização e à expansão capitalista. Na versão Xavante, é importante notar, foram os “brancos” os “pacificados”. De meados da década de 1940 a meados da de 60, grupos xavante específicos estabeleceram relações pacíficas diversificadas com representantes da sociedade envolvente – representantes diferenciados entre si, incluindo equipes do SPI, missionários católicos e protestantes” (Graham, 2008).

Jamais aqueles bravos e prudentes selvícolas haviam querido entrar em contacto com os invasores de suas terras, sob a forma de soldados, padres ou negociantes.

Por acaso temos necessidade de tomar os seus campos, quando nem sequer conseguimos cultivar devidamente as terras vizinhas aos maiores centros de civilização deste país?

Transmitir-lhes-emos a tuberculose, a sífilis, concepções particulares de um mundo que não será jamais o deles, sem ao menos termos ferramentas agrícolas para dar-lhes, como não as damos aos milhares de índios obrigados, às vezes, a fazer, a pé, longas viagens afim de conseguir do governo um par de enxadas.

Deixemos aqueles pobres homens nas suas matas, até que nós mesmos possuamos para proporcionar-lhes coisa melhor do que a sua existência primitiva, mas livre e segura (Alto Madeira, 1946b).

Assim, as atuações dos militares e demais agentes envolvidos nos projetos de expansão nacional foram, fundamentalmente, alicerçadas em representações que caracterizavam os indígenas como seres primitivos. Imagens que os cobriam de estereótipos em níveis diversos, juntamente com os negros e "cabeças chatas" seringueiros a serem tutelados em direção ao complexo cultural nacional civilizado (Cunha, 2016).²¹ O estado buscou se apropriar de sua força de trabalho nos empreendimentos comerciais e de construção, como seringais, construção civil e núcleos agrícolas.

Tal busca por apropriação teve base em hierarquizações raciais vigentes naquele contexto, utilizadas contra a autonomia das populações indígenas. As expectativas, experiências e formulações culturais desses povos eram postas de lado em detrimento de um projeto dito civilizacional que, longe de ser visto como anacrônico, era estimulado pelo estado. Mais uma vez, como em outros capítulos da história colonial do País, o avanço da fronteira arrastava consigo violência, morte e formas várias de desrespeito aos grupos que se encontravam no caminho da nova marcha empreendida.

A "nação Atlântica", não pela primeira vez, chegava ao noroeste do Brasil carregando consigo fórmulas de conquista em parte testadas em outros contextos, em parte reformuladas diante dos novos enfrentamentos e situações vivenciadas. Modos de operar que, muitas vezes, também eram reconstituídos no campo das representações, que passavam a manter uma relação dialógica com as práticas influenciadas e eram influenciadas por elas. Nesse jogo contínuo entre práticas e representações, o jornal *Alto Madeira* desempenhou importante papel ao dar a ler concepções de mundo de intensa circulação naquele momento e que possuíam relação direta com objetivos pretendidos na construção desse "novo" Brasil.

Mais uma vez, tais objetivos estiveram alicerçados nas marcas da exclusão e do apagamento de conhecimentos da-

queles vistos como *outros*. Desse modo, a autonomia e a luta dos povos indígenas eram consideradas empecilho por aqueles que almejavam tocar, a todo modo, projetos nas terras tradicionalmente ocupadas por esses grupos. Para isso, acionavam armas que marcavam os processos de industrialização, arsenal de representações também utilizado no contexto de conquista e avanço da *Marcha para o Oeste*.

Considerações finais

Os processos de ocupação da região noroeste da Amazônia por populações não indígenas, no atual estado de Rondônia, intensificaram-se a partir do final do século XIX. As décadas de 1930 e 1940 mostram-se com forte centralidade nessa perspectiva. Embora as missões militares coordenadas por Cândido Mariano Rondon, nas décadas anteriores, sejam vistas como expoentes da expansão do Estado brasileiro nessa região, é importante lembrarmos que foram nos anos 1930 e 1940 que o Estado estabeleceu uma ação mais efetiva na busca por hegemonia sobre as terras e gentes dessa porção amazônica.

Essa empreitada foi traduzida pelos agentes estatais e pelos grupos hegemônicos locais, representados pelo *Alto Madeira*, como "expansão da nação" no cerne da *Marcha Para o Oeste*. Nela, buscou-se a superação de imagens vinculadas ao estereótipo do "deserto verde", e o avanço frente ao que se definia como "primitivismo" das populações indígenas, dos seringueiros empobrecidos e de outros segmentos da população subalternizados. Como vimos, as imagens voltadas para o evolucionismo cultural foram fundamentais durante esse processo, que ativou diversas imagens voltadas para a raça. Essas imagens, mais uma vez, opunham os indígenas — que, ora eram vistos como maus, ora como bons selvagens — aos brancos ditos civilizados, cujos antepassados teriam conquistado as terras da "nação atlântica". "Nação" essa que se buscava expandir para o Vale Madeira-Guaporé.

Os militares, cada vez mais legitimados localmente — enquanto corpo técnico-científico atuando em prol da dita civilização —, foram, então, reafirmados como sujeitos centrais na dinâmica etnocêntrica implementada pelo Estado nacional. Sua atuação, sob a bênção da figura icônica de Rondon, contribuiu com objetivos que visavam a manter a soberania e a hegemonia territorial. Um olhar para os trechos aqui apresentados no *Alto Madeira* demonstra que a vinculação de tal processo a Rondon não foi algo natural, mas fomentado dentro de um projeto lido pelos grupos dominantes locais, principalmente militares, seringalistas e comerciantes.

Os militares foram agentes fundamentais para explorar as riquezas locais naquele momento de intensa expansão do ca-

²¹ Sobre os postos indígenas, Souza afirma, ao discutir sobre a expansão da lógica capitalista no noroeste do Mato Grosso, que "O projeto era 'proteger' os antigos povos do 'inevitável' massacre do progresso. Colocaram vários povos desconhecidos, por vezes inimigos históricos, sem nenhuma similaridade linguística e cultural, coabitando no mesmo posto indígena. Desejavam do índio apenas o corpo como mão-de-obra, sua sociedade e cultura seriam dissolvidas em nome da civilização" (2002, p. 35).

pitalismo no Brasil. Assim, além de manterem controle do SPI e da lógica de tutela sobre os povos indígenas e os seringueiros, as forças armadas avançaram para se firmar econômica e politicamente. Desde esse período, em um processo aprofundado nas décadas posteriores, tornam-se prósperos membros do setor de comércio, explorando as riquezas locais, como, por exemplo, os minérios. Além disso, passaram a ter predomínio em importantes cargos políticos locais.

Todo esse quadro social foi permeado pela busca de sujeição dos povos indígenas. Esse processo ocorreu por meios diversos, como guerras contra os "índios brabos", massacres em aldeias, contenção de indígenas nos postos mantidos pelo SPI e utilização intensiva desses povos como força de trabalho no setor extrativista e na agricultura, e como soldados da civilização contra outros indígenas. A ascensão dos militares se deu, portanto, em paralelo aos ganhos dos grandes comerciantes e seringalistas civis em detrimento dos povos amazônicos locais e, sobretudo, dos indígenas.

Essa estratificação e segmentação social autoritária, fundadora da hierarquia etnocêntrica, foi desnudada por nossas elaborações. Duas dimensões teóricas mostraram-se fundamentais à análise, ao permitir-nos explicitar a existência de articulações importantes desses processos amazônicos, a nível mais amplo, com as conjunturas brasileira e das Américas. No âmbito americano, uma conexão relevante mostra-se pela centralidade das concepções de **raça** e **modernidade**. Lógicas de sujeição e desqualificação social, ao serem implementadas na Amazônia Sul-Occidental, contribuíram para que fosse instituído um estado social de guerra constante contra os povos definidos como inferiores e/ou perigosos.

Outra conexão substantiva diz respeito à construção de privilégios aos setores socialmente definidos como claros, pela dinâmica social racista instituída na realidade nacional brasileira ao longo dos séculos. Privilégios concretizados pela privatização dos recursos naturais, pela apropriação do setor público-estatal e pela busca por controle em setores diversos da vida social. A possibilidade de tais tipos de apropriação é justamente o que se fez presente nas representações analisadas a partir do *Alto Madeira*, sob um olhar de naturalização das iniquidades sociais e desigualdades produzidas. Os artigos desse jornal amazônico atuavam em prol do controle e da profilaxia contra os supostos males produzidos pelas populações indígenas e outros povos escuros.

Suprimir a diversidade étnico-racial em prol de uma concepção de identidade nacional unívoca e excludente significava projetar uma "nação Atlântica e não bugre". Ou seja, compreender os indígenas em função dos estereótipos construídos pelos ditos civilizadores. Os Xavante, Wuari, Arara, entre outros, não tinham lugar nesse simulacro de nação, representada apenas como impossibilidade de coexistência autônoma. A construção de relações dialógicas e equitativas eram abandonadas em favor de estratégias de dominação.

Evidentemente, tais processos não se deram sem a resistência e a adoção de estratégias das mais diversas pelos próprios indígenas. Apesar do que era apregoado pelo Estado, eles não

deixaram, em momento algum, de ver a si mesmos como agentes do processo de modificações no qual estavam envolvidos seus povos e culturas. Testemunham, para isso, a presença de muitos grupos, nos dias atuais, enquanto sobreviventes daquele processo, e os permanentes tensionamentos que provocam diante do Estado e dos agentes civis. Os povos indígenas, no presente, buscam garantir que sejam respeitados os seus direitos, e mantêm viva a luta de incontáveis gerações, defendendo seus territórios e suas culturas.

Na porção da Amazônia Sul-Occidental, hoje compreendida pelo estado de Rondônia, as diretrizes sociopolíticas, econômicas e socioculturais, estabelecidas nas décadas de 1930 e 1940, tornaram-se balizas fundamentais dos processos de ocupação e subalternização das populações amazônicas tradicionais, principalmente dos povos indígenas. Balizas de uma dinâmica que, hoje, está presente no horizonte de atuação política em um momento de forte avanço neoliberal e que, ao mesmo tempo, mais uma vez é combatida pelos próprios grupos indígenas e movimentos sociais diversos a partir de suas experiências de luta e resistência.

Referências

- ALTO MADEIRA. 1931. *Mais uma proesa dos inocentes*. Porto Velho, 25 fev.
- _____. *Protejamos nossos índios*. Porto Velho, 15 nov.
- _____. 1946a. *A nação Atlântica*. Porto Velho, 11 ago.
- _____. 1946b. *Pobres chavantes*. Porto Velho, 12 set.
- BALÉE, William. 1998. *Ka'apor* [verbetes]. Traduzido por Ana Valéria Araújo. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ka%27apor>>. Acesso: 29/10/2020.
- BIGIO, E. S. 1996. *Linhas Telegráficas e Integração de Povos Indígenas: As estratégias Políticas de Rondon (1889–1930)*. Brasília, DF. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 357p.
- CALONGA, M. D. 2015. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. *Revista Espaço Acadêmico*, 14(168), p. 126–132.
- CARDOSO DE MELLO, L. 2019. O Forte Príncipe da Beira como patrimônio Afro-Amazônico: Arqueologia comunitária e resgate patrimonial. In: SEMINÁRIO DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, 5, Rio de Janeiro, 2019. *Anais...* Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_vspapa/pdf/secao-3/12-louise-cardoso-de-mello-final.pdf>. Acesso: 28 de out de 2020.
- CHARTIER, R. 1990. A História Cultural: entre práticas e representações. 2ª ed. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 244p.
- CUNHA, E. s/d. À margem da história. Belém: NEAD/UNAMA, 53 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=etco_obra=16624>. Acesso: 28 de out de 2020.
- CUNHA, E. T. 2016. *"Quando esse tal de SPI" chegou. O Serviço de Proteção aos Índios na Formação de Rondônia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, 166p.
- FARIAS JÚNIOR, E. A. 2011. Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas. *Ruris*, 5(2), p. 85–116.
- FERREIRA, I. A. 2017. *Povos indígenas de Rondônia: rumo aos 518 anos de resistência*. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2017/12/18/povos-indigenas-rondonia-rumo-518-anos-de-resis>>

tencia/>. Acesso: 28 de out de 2020.

FIGUEIREDO, A. M. 2011. O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, (41), p. 315–336.

GOMES, Â. C. 2005. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*, São Paulo, (65): 105–119.

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i65p105-119>.

GUISARD, Luís Augusto de Mola. 1999. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 13(4): 92–99. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400010>.

GABAS JR., Nilson. 2004. *Karo* [verbete]. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karo>>. Acesso: 30 de out de 2020.

GRAHAM, Laura. 2008. *Xavante* [verbete]. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xavante>>. Acesso: 29 de out de 2020.

HECK, E. 1996. *Os índios e a caserna. Políticas Indigenistas dos Governos Militares*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas, 137p.

LIMA, A. C. S. 1992. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 155–172.

_____. 1995. *Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, 335p.

LIMA, D. S. 2018. *A estrada do pacífico na Amazônia Sul-Occidental e o processo de integração regional na triplíce fronteira (Brasil, Bolívia, Peru)*. Brasília, DF. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 257p.

LIMA E GÓIS, F. C. 2008. *Jornalismo digital: a relação entre a mídia privada de Rondônia e a Agência Senado*. Brasília, DF. Monografia de Especialização. Universidade do Legislativo Brasileiro/Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, 80p.

LIMA, L. L. C.; FONSECA, D. R. Formação dos cultos afro-brasileiros em Porto Velho/RO. *Revista Veredas Amazônicas*, 1(1), p. 1–16.

MAGALHÃES, M. P. 2013. Território cultural e a transformação da floresta em artefato social. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, 8(2): 381–400. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222013000200010>.

MARTINS, J. S. 1985. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 135p.

MONGELÔ, G. 2020. Ocupações humanas do Holoceno inicial e médio no sudoeste amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Ciências Humanas)*, 15(2): 1–20.

DOI: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2019-0079>.

NORA, P. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, (10): 7–28.

OLIVEIRA, J. P. 2010. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e

Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira. *Indiana* 27, 37(1): 19–46. DOI: <https://doi.org/10.18441/ind.v27i0.19-46>.

OLIVEIRA, L. L. 2008. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. *Política & Sociedade*, (12): 13–21.

DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2008v7n12p13>.

OLIVEIRA, N. A. 2017. Os Xavante e as políticas de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira (da era Vargas ao final da Ditadura Militar): de símbolo da brasilidade a obstáculo ao progresso. *Mediações*, 22(2): 146–178. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n2p146>.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA. s/d. *Relação das terras indígenas de Rondônia*. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ro/atualizacao/indigenas-e-minorias/relacao-das-terras-indigenas-de-rondonia>>. Acesso: 28 de out de 2020.

QUIJANO, A. 2005. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, p. 117–142. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso: 28 de out de 2020.

SANTOS, A. M. 2014. *Cartografias dos povos e das terras indígenas em Rondônia*. Curitiba, PR. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 314p.

SODRÉ, M. 1999. *Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 271p.

SOUZA, M. M. O.; PESSÔA, V. L. S. 2010. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da Colônia ao golpe de 1964. *ACTA Geográfica*, 4(8): 143–160. DOI: [10.5654/actageo0000.0000.0000](https://doi.org/10.5654/actageo0000.0000.0000).

SOUZA, S. L. 2010. *Fluxos da Alteridade: Organizações negras e processos identitários no Nordeste Paulista e Triângulo Mineiro (1930 – 1990)*. Araraquara, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, 450 p.

SOUZA, V. A. 2002. *(Des)ordem na fronteira: Ocupação Militar e Conflitos na bacia do Madeira-Guaporé (30/40)*. Assis, SP. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, 175p.

TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R.; MORATTO, J. 2009. A presença negra em Rondônia, as estruturas do povoamento. In: TEIXEIRA, M. A.; FONSECA, D. R.; ANGENOT, J-P (Org.). *Afros e Amazônicos: estudos sobre o negro na Amazônia*. Porto Velho: Edufro-Rondoniana, p. 09–34.

VILLAÇA, Aparecida. 1998. *Wari'* [verbete]. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Wari%27>>. Acesso: 29/11/2020.

Submetido: 09/11/2020

Aceite: 16/04/2021